

EDITORIAL

O movimento popular organizado e diversas categorias profissionais afluíram a Brasília em 1998. Junto com outros docentes, presenciei lá um episódio que em breve viria a adquirir um sentido mais amplo. Permitam-me destacá-lo aqui. Muitas eram as bandeiras da manifestação, mas a luta pelo ensino público e gratuito sobressaía-se na esplanada da capital federal, ao lado das básicas reivindicações de terra e trabalho. Ao final do dia, um importante sindicalista, oriundo do trabalho fabril, fez um discurso veemente contra a política neo-liberal vigente, mas desculpou-se de antemão diante dos universitários por nunca haver lido Rousseau ou Voltaire. Cheguei a pensar em enviar ao orador um exemplar do *Cândido*, de Voltaire, ou talvez um texto sobre o contrato social.

Meses depois, a imprensa mostrava aquele mesmo sindicalista orgulhoso de sua matrícula em um curso superior, ocupando uma vaga em um curso de Direito. Aquela imagem foi certamente de grande impacto para toda a sociedade, ao valorizar a formação escolar e o esforço pessoal.

O caso é sintomático e não é isolado, pois em nossa Universidade Federal de Uberlândia - como, certamente em muitas outras - há diversos sindicalistas e militantes que voltaram aos bancos escolares em busca do saber. Não se trata de ver maliciosamente no fenômeno uma capitulação ao discurso da qualidade total, que exige aprimoramento de mão de obra, justamente quando o trabalho é desvalorizado como nunca. É claro que os fatores materiais continuam determinantes e não ousaríamos recuar a um elogio idealista da educação. Como educadores, devemos, porém, louvar o crescimento da demanda por vagas nas escolas, bem como as medidas que visam, através da escolarização, combater absurdos como a exploração de crianças em trabalhos insalubres e a degradação das famílias famintas.

A educação é um bem, que, sob certas circunstâncias, adquire o caráter de mercadoria e é, como tal, transformado em moeda de troca e capital de investimento, confirmando o antigo mote que equaciona saber e poder. O saber é um valor evidente que dispensa qualificativos, pois ao vencer a ignorância e iluminar as consciências associa-se ao saber-fazer, que implica na sobrevivência pessoal, no progresso e no bem-estar da sociedade.

O poder, por seu lado, desperta suspeitas, pois quase sempre tem-se nivelado à força coercitiva e à legitimação de injustiças, de modo que há uma cultura formada na crítica à repressão, que às vezes se esquece de que a solidariedade é também uma fonte de poder, além da força e do dinheiro. Quem luta por ideais racionais e humanitários como a justiça, o esclarecimento e a emancipação não precisa esquivar-se do poder; ao contrário, deve reivindicar a

participação de todos os homens e mulheres em condições mais favoráveis no jogo de interesses que move a sociedade. Uma nova relação de poder requer, portanto, a extensão da educação a um contingente maior da sociedade, que possa garantir a base material para a democratização.

De nossa parte, consideramos que a universidade deve responder por sua responsabilidade pública, adequando cursos a profissões, formando educadores e influenciando positivamente em todo o processo de formação escolar. Uma publicação acadêmica associa-se a esse objetivo, garantindo um fórum ampliado de discussão e de divulgação de experiências e teorias pedagógicas, bem como trazendo os textos dos filósofos e sobre suas obras, de modo que calouros e especialistas possam ler Rousseau, Paulo Freire, Voltaire, Anísio Teixeira, Wittgenstein e outros tantos pensadores. Considere-se que o sindicalista da história que contei acima não se lamentava da carência de textos políticos ou panfletários, que ele encontraria facilmente em seu ambiente sindical. Sua referência de erudição são os textos teóricos, de que hoje deve dispor, inclusive graças aos periódicos científico-acadêmicos da biblioteca de sua faculdade.

Ora, já nos referimos em outros editoriais a uma disputa ideológica que ocupou os fundadores desta revista há quinze anos: deveríamos editar uma revista de divulgação ou para especialistas? Os defensores da primeira alternativa, temerosos de que o jargão acadêmico fosse elitizante, visavam atingir diretamente as classes trabalhadoras - numa época em que a pedagogia crítica via-se na vanguarda do urgente movimento de desmascaramento da ideologia reprodutivista e de organização da sociedade civil. Hoje vemos, sem revanchismo, que foi correta nossa opção pela seriedade de uma publicação acadêmica voltada para a comunidade acadêmica especializada.

Os estudantes, professores e demais agentes sociais que lêem **Educação e Filosofia** poderão ter sua atuação favorecida e qualificada, visando-se, inclusive, as classes trabalhadoras, os excluídos e injustiçados, que precisam ser integrados à cidadania e ao bem-estar. Temos, sem dúvida, um compromisso com nossa realidade mais próxima. Estamos, todavia, inseridos também em uma comunidade mais ampla, pois atingimos, de fato, todo o Brasil e diversos países dos cinco continentes. Lembrando Paulo Freire, gostaríamos de brincar com a possibilidade de não só auxiliarmos no processo mágico - e no ato político - de "ler a palavra e ler o mundo"; também queremos que... o mundo nos leia.

Prof. Bento Itamar Borges